

LIMITES E EXPERIMENTAÇÕES EM UMA ETNOGRAFIA COM HOMENS

Isabela Venturoza de Oliveira
isabela.venturoza@yahoo.com.br
CAPES
PPGAS/USP
Mestranda

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as implicações do corpo e da performance de gênero para a pesquisa etnográfica, examinando a maneira como o gênero – articulado a outros marcadores sociais da diferença – incide não apenas sobre os sujeitos com que estudamos, mas sobre as/os próprias/os pesquisadoras/es enquanto sujeitos generificados. Conduzo tal reflexão a partir de minha pesquisa de mestrado, desenvolvida no contexto de um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes previstos na Lei Maria da Penha, coordenado também por homens da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em São Paulo/SP. Neste cenário, permito-me pensar sobre a especificidade que a pesquisa de campo assumiu, salientando os limites de minha circulação e o caráter experimental do trabalho etnográfico. Palavras-chave: Pesquisa etnográfica. Gênero. Masculinidades. Grupos reflexivos. Relações violentas.

Despite the twenty-odd years since the start of the second wave of feminist anthropology, and despite the fact that 'gender', as a consequence, has definitively been brought into much of anthropological understanding and analysis, anthropology has yet to come to terms with the fact that anthropologists are themselves gendered (Moreno, 1995, p. 245, grifo meu).⁶⁵

Neste trabalho, proponho-me a refletir sobre as implicações das interpretações do corpo e da performance de gênero para a pesquisa etnográfica. Trata-se de um exercício conduzido no interior de minha pesquisa de mestrado, na qual gênero não constitui apenas uma questão teórica e analítica concernente aos sujeitos com que estudamos, mas, sobretudo, um problema prático no fazer antropológico, na medida em que se torna claro que a/o antropóloga/o são também percebidos em função do gênero (entre outros marcadores sociais da diferença em operação). Minha pesquisa se realiza no contexto de um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes previstos na Lei Maria da Penha, coordenado também por

⁶⁵ Em tradução livre: “Apesar dos vinte anos desde o início da segunda onda da antropologia feminista, e apesar do fato de que 'gênero', como consequência, foi definitivamente adotado em muito do entendimento e da análise antropológica, a antropologia ainda precisa enfrentar o fato de que antropólogos são eles mesmos generificados”.

homens da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, na cidade de São Paulo. Neste cenário, ser percebida como mulher, pesquisando homens, produz grandes efeitos sobre o desenho da pesquisa de campo. O grupo reflexivo é feito por homens e para homens, sendo assim, minha *observação participante* (ou *participação observante*) é vetada, na medida em que não compartilho dos atributos necessários para participar da dinâmica sem afetar de maneira indesejada os rumos do grupo. Desta maneira, minha *presença poluidora* impõe uma forma específica – e não comum – ao trabalho etnográfico. As reuniões do grupo reflexivo são gravadas por um gravador posicionado no centro da sala, que passa a constituir em certo sentido uma extensão de mim, mas que não me permite ver nem interagir, somente escutar.⁶⁶ Neste contexto, permito-me pensar sobre a especificidade de uma etnografia baseada não no *olhar etnográfico*, mas em grande medida no *ouvido etnográfico*, buscando visualizar os limites deste instrumental também como possibilidade de experimentação. Nas próximas seções, buscarei esmiuçar as dimensões apontadas, mas não sem antes apresentar brevemente o campo no qual me lanço.

O CAMPO

A sede do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde está localizada em uma rua estreita, de mão única, no bairro de Pinheiros, nas proximidades do metrô Faria Lima, em São Paulo (SP). Em uma das salas do antigo sobrado, nas noites de segunda-feira, são realizadas semanalmente as reuniões do Programa de Responsabilização para Homens Autores de Violência contra a Mulher. Assim, se a circulação na casa no período diurno costuma ser predominantemente feminina, por conta de atendimentos em saúde da mulher, pré-natal e saúde mental, as noites de segunda-feira são marcadas por uma alteração no trânsito de pessoas. Minutos antes das reuniões que se iniciam às 18h, a campanha começa a tocar e no pequeno visor acoplado ao interfone vemos homens solicitando entrada. São os participantes do grupo reflexivo que o Coletivo desenvolve desde 2009, coordenado por dois psicólogos e

⁶⁶ Agradeço à Laura Lowenkron, cujos comentários realizados no II ENUMAS (encontro anual do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença da USP), em 2013, me ajudaram a nomear com maior precisão algumas situações enfrentadas no trabalho de campo.

um filósofo, mas cuja equipe técnica é composta também por uma psicóloga que não participa das reuniões.

Os participantes do grupo reflexivo são homens denunciados por violência doméstica e familiar contra a mulher, como previsto na Lei Maria da Penha (11.340/2006) e que são encaminhados pelo 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Paulo. Mensalmente, homens são convocados para uma audiência de encaminhamento no Fórum Criminal da Barra Funda. Aos denunciados, é indicada a possibilidade de frequentar o Programa de Reeducação Familiar da Academia de Polícia do Estado de São Paulo (ACADEPOL) ou o Programa de Responsabilização para Homens Autores de Violência contra a Mulher do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. A participação é facultativa, mas recomendada na medida em que, como salientado pela juíza responsável, pode resultar em uma “reversão da pena” no momento do julgamento. Em todo caso, ao fim da audiência, é possível notar que uma parcela dos homens denunciados opta por não participar de nenhum dos trabalhos e apenas aguardar os desdobramentos do processo.

Ao longo de mais de um ano visitei semanalmente a sede do Coletivo nos dias em que costumam ser realizados os grupos reflexivos para acompanhar as atividades na casa e estar em contato constante com a equipe que realiza o trabalho.⁶⁷ Não raramente, estava presente quando os homens começavam a chegar e também quando iam embora. Nessas ocasiões, interagia brevemente com aqueles que se mostravam mais acessíveis e, mesmo quando não havia interação direta, podia ao menos observar o trânsito e a dinâmica entre os próprios participantes e coordenadores nos momentos que antecedem e sucedem as reuniões. Tais momentos eram marcados por uma descontração que tive a oportunidade de presenciar por um período mais extenso e quase “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) na ocasião de um churrasco de confraternização de fim de ano, realizado rusticamente na garagem da ONG. Digo “quase”, pois a proximidade é relativa e o “de dentro” quase uma utopia, na medida em que em nenhum momento deixei de ser (percebida como) mulher e, como se não bastasse,

⁶⁷ Em 27 de outubro de 2014, após 14 meses, encerrei esta parte do trabalho de campo para me dedicar à sistematização dos dados coletados e à audição de gravações das reuniões.

alguém que não bebe bebidas alcoólicas e não come carne. Sendo assim, alguém que não compartilha de certos atributos de uma sociabilidade masculina específica.

Além das visitas semanais ao Coletivo, procurei também acompanhar atividades realizadas fora da ONG, mas das quais ela participa, tal como reuniões nos Juizados, audiências de encaminhamento dos homens mensalmente realizadas no Fórum Criminal da Barra Funda, eventos acadêmicos e de divulgação de pesquisas.

Em linhas gerais, parte significativa do trabalho de campo que realizei poderia ser resumida em circular em torno das atividades que estão relacionadas ao grupo reflexivo, mas nunca *dentro* dele. O grupo reflexivo é coordenado e frequentado apenas por homens e uma das limitações que logo me foi apresentada quando propus esta pesquisa ao Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde fora que, em um primeiro momento, eu não poderia participar e acompanhar o grupo presencialmente.⁶⁸ Haveria que dar conta de meu objeto de pesquisa de outras formas. Assim, a maneira que encontrei e que me foi autorizada para viabilizar uma descrição densa (Geertz, 1989) do contexto pesquisado veio através de duas fontes: a primeira, documental, era constituída por questionários preenchidos com informações sobre o perfil dos homens participantes do grupo reflexivo, na qual constavam dados sobre cor, idade, renda, formação educacional, ocupação, estado civil, violências sofridas e exercidas etc.; a segunda, em certa medida também documental, visto que constituía um registro das reuniões mantido pelos coordenadores com a autorização dos participantes, tratava-se de uma série de gravações dos encontros registrados por um gravador de voz digital mantido no centro da sala durante as reuniões. Por meio dessas duas fontes, pude me aproximar mais dos indivíduos e das histórias narradas nas reuniões. Foi, então, através de relatos nem sempre completos, registrados em caligrafias às vezes pouco compreensíveis, e também através de falas entrecortadas por uma multiplicidade de vozes nem sempre identificáveis, que esta pesquisa começou a se materializar. Mais tarde, nos últimos três meses de campo na sede da ONG, eu passaria a aplicar também os questionários, conversando a cada noite por cerca de duas horas

⁶⁸ Porém, no Brasil, os formatos de experiências com grupos de homens variam. Em Belo Horizonte, há, por exemplo, um projeto no qual as reuniões são coordenadas por um homem e uma mulher, compartilhando a posição de autoridade. Trata-se do Programa “Andros”, do Instituto Albam. É provável que os efeitos não sejam os mesmos, mas há que se perguntar também se os efeitos *devem* ser os mesmos.

com ao menos um dos homens participantes. Tal experiência teve certamente um impacto significativo sobre esta pesquisa.

O OUVIDO ETNOGRÁFICO

Exposto o campo, permito-me agora tratar diretamente de certas questões que motivaram a escrita e reescrita deste texto, a começar pelo inicial (e relativo) distanciamento entre pesquisadora e interlocutores. Minha primeira questão girava em torno de como proceder se minha condição adjetivada como “feminina” não me permitia o pleno uso do chamado “olhar etnográfico” na compreensão do fenômeno observado. E, em outro sentido, como evitar pensar em que forma tomaria esta pesquisa caso o(a) pesquisador(a) fosse percebido de outra forma? Que diferenças qualitativas estariam implicadas no resultado encontrado se eu compartilhasse com esses homens um lugar relativamente comum?

Por algum tempo, enxerguei-me como uma antropóloga privada de seus instrumentos de trabalho, e, assim, apegada às especificidades desta pesquisa não como possibilidades de criação, mas como limitações que colocariam em jogo o rendimento de meu trabalho. Mais tarde, em diálogo com uma bibliografia que examina os limites e incertezas do trabalho de campo – afinal, campo algum é fácil – pude perceber que meu descontentamento era em parte descabido, já que as próprias limitações e singularidades da pesquisa suscitavam grandes questões no que diz respeito não somente a uma reflexão metodológica, mas ao encontro entre a metodologia e a teoria quando confrontadas com as percepções de gênero (da pesquisadora e de seus interlocutores).

Como afirmou Vale de Almeida (1996), “tanto o corpo sexuado como o indivíduo com gênero são resultados de processos de construção histórica e cultural”. E o antropólogo não se esquivava desta regra, como também deixou claro Eva Moreno (1995). Assim, das interpretações do corpo sexuado no qual resido e das marcas de gênero por ele performatizadas, encontrei-me em uma situação na qual precisaria pensar para além do que caracterizava até então o trabalho antropológico a partir do “estar lá” no sentido geertziano.

Minha presença em campo se deu e se dá de maneira muito particular, não permitindo frequentemente o uso da metáfora do “olhar etnográfico”, pois, a maior parte do tempo, não

faço outra coisa senão uma etnografia no escuro, em grande sentido baseada na escuta, no “ouvido etnográfico” que frequentemente não tem como apoio um olhar que decifra gestos e linguagens corporais. Por longos períodos, me concentro na análise de documentos preenchidos por terceiros e nem sempre por meus principais interlocutores, mas sobre eles. Além disso, e principalmente, coletei narrativas e presenciei a interação entre estes sujeitos apenas através de gravações das reuniões do grupo reflexivo, e que não raramente são registros realizados há semanas ou mesmo meses do momento em que as tenho em mãos. Meu campo, assim, tem várias temporalidades que me escapam. A observação participante não é uma opção. Em seu lugar, me encontro conectando fragmentos dispersos em várias esferas.

Muitas vezes, ouço alguns minutos da reunião, leio questionários com os dados dos participantes e vejo alguém chegando para o grupo reflexivo no fim da tarde de segunda-feira e sou capaz de estabelecer conexões. “Milton é dono dessa história e dessa voz”. Frequentemente as inferências estão corretas, mas nem sempre. Certa vez, passei algumas semanas ligando um rosto a uma história que era totalmente distinta. Como nem um nem outro eram participantes muito falantes nas reuniões e sempre que os via apenas nos cumprimentávamos, tornava-se difícil perceber o equívoco. Somente em conversa com um dos coordenadores – que poderia muito bem não ter ocorrido, pois se deu em uma carona imprevista – me dei conta de que não estávamos falando da mesma pessoa.

Através da forma como apresento e costuro meus dados de campo, é possível notar que o que marca fortemente esta pesquisa seria seu caráter demasiadamente fragmentado.⁶⁹ Trata-se de uma instabilidade que provem da condição específica na qual a pesquisa se constrói, mas que por outro lado parece acrescentar outras e novas possibilidades de interação com o objeto. Em todo caso, estou certa de que o elemento da fragmentação não perpassa apenas minha pesquisa, mas também a de outros colegas que adotam a etnografia e outros métodos da antropologia, nos quais o objeto/sujeito de pesquisa não se apresenta integralmente logo de início e de uma única vez. A pesquisa constitui um processo lento e

⁶⁹ O caráter fragmentado se deve à multiplicidade de fontes (gravações de áudio, documentos impressos, narrativas dos coordenadores e dos participantes) e ao fato de que as informações apresentadas pelos mesmos não se revelam instantânea e linearmente.

tortuoso. E, somado a isso, a escrita, a sistematização e a interpretação do material empírico são das tarefas mais árduas a serem enfrentadas pelo pesquisador. No esforço de organizar a experiência através da escrita, perdemo-nos um pouco, pois a escrita enquanto linguagem é também limitada, assim como nossas percepções. Aqui necessariamente me refiro ao fato de que minha percepção é limitada muitas vezes à faculdade da audição e necessariamente definida pela percepção de terceiros em relação ao meu lugar social enquanto mulher. Meu mundo, assim, tem um limite e este limite certamente não é o mesmo que se apresentaria a um pesquisador homem ou a um indivíduo marcado por outras diferenças socialmente forjadas. E talvez esta compreensão seja, a seu modo, uma versão do que Wittgenstein (apud Das, 2007) propõe ao afirmar que a experiência de ser um sujeito é também a experiência do limite. Das (2007) afirma que, na interpretação de Wittgenstein, alguns teóricos vão sugerir que a relação do sujeito com o mundo é como a do olho com o campo visual. O olho não está ele mesmo no campo visual. No presente estudo, eu, como sujeito conhecedor, radicalizo a noção de exterioridade e o faço não a partir do olho que permanece fora do campo visual, mas do ouvido (etnográfico) que mais do que fora, ouve no presente aquilo que foi dito no passado. Isto é, grande parte de meu contato com a realidade “observada” se dá através da audição e de registros realizados com semanas ou meses de antecedência do momento em que as acesso. Aqui posso ensaiar uma aproximação com a antropologia do ciborgue de Donna Haraway (2009), pensando o gravador como uma prótese que ultrapassa os limites da questão identitária, por não ser mulher ou homem e tampouco propriamente feminino ou masculino. Por outro lado, o gravador também é um sujeito-objeto com limites, na medida em que não apresenta a possibilidade de interação em relação aos sujeitos que passivamente interroga.

Porém, não seria certo tratar essa exterioridade ou distância do contexto observado senão como condição contingente. A distância existe e foi por logo tempo predominante, mas não é completa e, ao longo da pesquisa, passa a dividir espaço com situações de interação face a face que buscarei descrever a seguir.

“MOÇA”, “FILHA/FIA”, “GATA”, “MEU ANJO”, “QUERIDA”: A FIGURA DA ANTROPÓLOGA

Enquanto o trabalho de campo avançava, fui também apresentada a certas leituras⁷⁰ que me fizeram pensar com maior atenção sobre algumas questões. Primeiramente, tornaram mais evidente que enquanto antropólogas somos também parte de uma ordem específica conforme a época e a sociedade em que vivemos e trabalhamos no que tange ao gênero. Isto é, não flutuamos sobre os lugares sociais que as concepções de gênero impõem a homens e mulheres apenas pelo fato de ocuparmos um espaço (importante ou não) como produtores em um campo de conhecimento. Um “*supposedly ‘gender-free’ world of academia*” simplesmente não existe, como sugere Moreno (1995). Mas a ficção é criada e mantida, pois, no contexto acadêmico, não se apresentam muitos espaços para a discussão dessas questões. Através principalmente de Moreno (1995), tomo contato com a discussão espinhosa e aparentemente evitada da/o antropóloga/o como existência também generificada. Mais do que isso, como Moreno (1995), trago para o nível da análise as investidas eróticas e o perigo da violência sexual que afeta com certa frequência a experiência de mulheres, incluso aí as antropólogas. A questão que emerge a partir disso é: por que esses dados não se apresentam como relevantes em nossas análises? Por que são apenas mencionados em conversas de corredor, entre indivíduos próximos, ou a portas fechadas, ou mesmo como anedotas (*in off* ou *off topic*) em eventos acadêmicos mais intimistas? Como Willson (1995) sugere também, não se fala em assédio ou agressão sexual nos manuais de etnografia nem se discute a temática em cursos de formação de antropólogos. Se a subjetividade erótica (existente) na pesquisa de campo antropológica constitui um tabu, a violência sexual no campo se apresenta como um tema ainda mais silenciado.

Nesse sentido,

For female anthropologists, one of the consequences of the fictiously ‘gender-free’ life we lead at university is that, if we bring up issues that are specific to us as women in the academic context, we run the risk of doing damage to our identities as anthropologists. This is, of course, because the archetypal anthropologist is a man. Part of the hidden agenda for female anthropologists is, therefore, to avoid drawing attention to ourselves as women when we establish our professional identities. After

⁷⁰ Ver: “*Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*”, de 1995, coletânea editada por Don Kulick e Margaret Willson.

*all, who wants to be a female anthropologist when it seems possible to be a 'real' anthropologist? As far as the danger of sexual violence is concerned, it may be part of a woman's daily life, but it is not seen to be relevant to the professional part of ourselves – the 'anthropologist' part. 'Anthropologists' don't get harassed or raped. Women do (Moreno, 1995, p. 246).*⁷¹

Em minha pesquisa, em um campo que é muitas vezes percebido como mais difícil que outros (nem sempre com razão), permito-me refletir sobre dimensões que não costumam compor a análise em monografias que seguem o modelo clássico. Como jovem e mulher⁷², buscando empreender uma etnografia (em um primeiro momento à distância) em minha sociedade de origem, próxima a questões e problemas com os quais tenho relativa familiaridade, enfrento desafios que derivam direta ou indiretamente do conjunto de sentidos fixados em torno do corpo “feminino” que habito.

As preocupações de Moreno e Willson são também minhas preocupações e, certamente, embora não verbalizadas, estão presentes nos trabalhos de muitos colegas. Como já mencionado, minha pesquisa se constrói principalmente em torno de um grupo reflexivo para homens denunciados por crimes previstos na Lei Maria da Penha, que é coordenado também por homens, e cuja equipe apresenta apenas uma mulher, que não participa das reuniões do grupo por motivos que se assemelham àqueles que também me privam de uma imersão mais direta. Ocupamos lugares sociais específicos que delimitam diretamente os espaços pelos quais devemos circular, tanto ela quanto eu. Refletindo agora, percebo que parte significativa de meu trabalho de campo foi realizada na cozinha do Coletivo Feminista, conversando com membros de sua administração e com os coordenadores do grupo, ou aguardando que o grupo começasse ou acabasse, na sala de estar da antiga casa que abriga os trabalhos da ONG, a alguns passos daquele cômodo. No restante do tempo, estive encerrada em meu quarto apenas com os questionários dos participantes e os registros de áudio das

⁷¹ Em tradução livre: “Para antropólogas mulheres, uma das consequências da fictícia vida 'sem distinção de gênero' que levamos na universidade é que, se levantamos questões específicas a nós enquanto mulheres no contexto acadêmico, corremos o risco de danificar nossas identidades como antropólogas. Isto ocorre, certamente, porque o antropólogo arquetípico é um homem. Parte da agenda oculta da antropóloga é, portanto, evitar chamar atenção a nós mesmas enquanto mulheres quando estabelecemos nossas identidades profissionais. Afinal, quem deseja ser uma antropóloga mulher quando se pode ser um antropólogo 'de verdade'? No que diz respeito ao perigo da violência sexual, pode ser parte do cotidiano da mulher, mas não é visto como relevante para a parte profissional em nós – a parte 'antropóloga'. Antropólogos não são assediados ou estuprados, mulheres são”.

⁷² E parda, embora ainda sem clareza do que isto possa querer dizer, no sentido de não conseguir precisar em que medida e de que forma a cor marca minhas experiências.

reuniões. Por mais forte que seja meu desejo como pesquisadora de “ultrapassar os limites de gênero” (Almeida, 2001), as condições específicas de meu campo não permitem que esse espaço “masculino” seja acessado com facilidade. Assim como existem interdições para a entrada de homens em grupos de apoio, reflexão e acolhimento de mulheres vítimas de violência, o mesmo acontece no grupo reflexivo para homens do Coletivo Feminista. Os coordenadores acreditam que a entrada de mulheres afeta o primeiro momento de acolhida dos homens, desestabilizando-os e prejudicando o processo no qual eles compartilham suas experiências e dão início à reflexão que levará à responsabilização pela violência praticada e à conscientização sobre as construções sociais do masculino que colocam a agressividade, entre outros atributos, como constituinte de sua natureza.

Recentemente, ao começar a aplicar os chamados questionários com os homens participantes do grupo reflexivo, tendo um contato mais denso e duradouro com estes que até então eu só cumprimentava e trocava algumas palavras, tive a prematura impressão de que poderia ter ultrapassado por alguns momentos os limites do gênero. Não demorou muito para que eu percebesse que, por vezes, o contrário ocorria. Em momento algum, o gênero com o qual era percebida parecia ser esquecido. Isto era evidenciado, por exemplo, na demora com que um homem dizia ter sido traído⁷³ ou mesmo pelos vocativos com que me tratavam, entre eles: “moça”, “filha/fia”, “gata”, “meu anjo”, “querida” etc., cujo uso demonstrava graus diversos de aproximação e formalidade. Vez ou outra, nossas interações me traziam uma sensação de certa “ambiguidade”, através de sorrisos, brincadeiras, comentários e mesmo flertes inegáveis, os quais eu buscava driblar sem ser ríspida. Contudo, uma situação-limite não permitiu que eu simplesmente me esquivasse e optasse por um posicionamento menos conflituoso.

Há alguns meses conversei com um homem que viu meu interesse por sua história como uma “abertura”, segundo ele. Não conseguindo encerrar essa conversa em apenas uma

⁷³ Encarei tal demora como a “vergonha” de relatar uma traição, sentimento ligado à noção de uma “masculinidade maculada”. Certamente, dizer a outro homem ter sido traído não seria menos difícil, mas no interior das reuniões do grupo reflexivo isto ocorre com maior facilidade, aparentemente, pois a partir da fala de um homem os outros homens costumam se abrir e compartilhar experiências a partir de suas similaridades. Ainda nesse terreno, é colocada também a diferença entre um homem traído e uma mulher traída, esta última visivelmente naturalizada, a primeira inconcebível.

noite, nas dependências da ONG, sugeri que terminássemos a conversa em um equipamento de lazer de frequência pública. Assim o fizemos, porém, para o homem aquilo não era apenas uma conversa para a realização de uma pesquisa. Ele queria me “conhecer”, ser meu “amigo” e pediu meu número de telefone. Na mesma noite, ele me ligou duas vezes, porque havia lembrado de coisas que eu deveria incluir em meu “relatório”. Nos dias subsequentes enviou diversas mensagens de texto. Parei de responder. Ele encarou isso como uma afronta e pediu que eu o retirasse da pesquisa e devolvesse seu “questionário”. Toda a situação me provocou muito nervosismo e um sentimento de impotência, pois eu sabia que aquilo estava ocorrendo não de maneira descolada da minha realidade enquanto “mulher”, interpretada não raramente como “disponível”. Ser pesquisadora não me reservava qualquer tipo de privilégio enquanto indivíduo não marcado pelo gênero. Claramente, este episódio tem mais nuances e detalhes do que eu me propus a relatar aqui. Por se apresentar como uma vivência muito delicada para mim, prefiro não me demorar muito em sua descrição. Porém, utilizo-o como um episódio exemplar para demonstrar como nós, antropólogas, muitas vezes atravessamos o campo, nos valendo de certas estratégias, como “namorados/noivos fictícios”, dentre outras, para evitar esse tipo de experiência. Após o ocorrido, senti medo e apreensão para voltar ao campo, estando tais sensações diretamente ligadas ao “ser mulher” – entre muitas aspas – e a todos os efeitos normativos que essa descrição encerra nos contextos em que vivemos, incluindo, por exemplo, uma forma menos livre de transitar por uma variedade de espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, minhas considerações finais são ainda bastante parciais. Esta não é uma reflexão fechada e tampouco finalizada. Considero-a uma tentativa de tradução dos limites, imprevistos e possibilidades de experimentação que qualquer campo pode encerrar. Nesse sentido, longe de querer sugerir, com o fato de trabalhar com homens autuados por crimes previstos na Lei 11.340/2006, que eu esteja exposta a mais riscos do que estaria se estivesse empreendendo uma etnografia com, por exemplo, os Asuriní do Xingu ou camponeses da região do Vale do Jequitinhonha. Pois não estou. A linha que diferencia os homens participantes do grupo reflexivo do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e aqueles

que estão do lado de fora é muito tênue. Diria que para além de terem sido enquadrados pela lei como agressores, não guardam, na verdade, muitas diferenças para com aqueles que não o foram. O fato de não terem sido denunciados não torna os homens do lado de fora menos passíveis de terem se envolvido em situações de violência ao longo de suas vidas. Isto tudo para dizer que os homens com quem lido nesta pesquisa não apresentam atributos que não sejam de fácil localização entre outros homens.

Além disso, devo finalizar pontuando que o gênero não é apenas uma questão para mulheres em campo, mas também para homens. Como afirma Moreno (1995, p. 246-247), no campo, a identidade sem distinção de gênero do antropólogo colapsa completamente. Não é possível ser um antropólogo “*unmarked*”. E isto se apresenta tanto para antropólogos quanto para antropólogas. Na relação com nossos interlocutores, somos continuamente enquadrados em suas próprias definições, informadas por padrões mais abrangentes, às quais também estamos submetidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Heloisa B. 2001. “Mulher em campo: reflexões sobre a experiência etnográfica”. In: ALMEIDA, Heloisa B. et al. *Gênero em matizes*, Bragança paulista: EDUSF.
- BRASIL. Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
- DAS, Veena. 2007. *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press.
- GEERTZ, Clifford. 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- HARAWAY, Donna J. 2009. “Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: TADEU, Tomaz. (org). *Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.
- MAGNANI, José G. C. 2002. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. n. 49, São Paulo, Jun.
- MORENO, Eva. 1995. “*Rape in the field: reflections from a survivor*”. In: KULICK, Don.; WILLSON, Margaret (orgs). *Taboo: Sex, Identity, and Erotic Subjectivity in Anthropological Fieldwork*. London: Routledge.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. 1996. *Gênero, Masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal*. Anuário Antropológico/95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

WILLSON, Margaret. 1995. "Afterword. *Perspective and difference: sexualization, the field, and the ethnographer*". In: KULICK, Don.; WILLSON, Margaret (orgs). *Taboo: Sex, Identity, and Erotic Subjectivity in Anthropological Fieldwork*. London: Routledge.